

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL

Rhayna Thayssa Lopes Barroso<sup>1</sup>  
Danielly Camilly da Silva Pereira<sup>2</sup>  
Luana da Paixão Silva<sup>3</sup>  
Alice Ramos Borges<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente trabalho procura refletir sobre o avanço do neoliberalismo nas políticas de Seguridade Social, evidenciando breves notas sobre a trajetória deste sistema no Brasil, desde sua consolidação na Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Assim, tem como objetivo geral analisar os retrocessos causados às políticas de saúde, previdência e assistência social frente aos ataques de governos neoliberais. A construção desse artigo sucedeu-se com base em pesquisa bibliográfica exploratória. Como resultado, verificou-se que apesar dos direitos assegurados pelo sistema de seguridade social a/ao cidadã/cidadão brasileira/o, constata-se a sua ameaça constante desde a entrada do caráter contrarreformista articulado com as políticas neoliberais na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Seguridade Social; Contrarreforma; Neoliberalismo

### ABSTRACT

This present work aims to reflect on the advancement of neoliberalism in social security policies, highlighting brief notes on the trajectory of this system in Brazil, from its consolidation in the Federal Constitution of 1988 to the present day. Thus, its general objective is to analyze the setbacks caused to health, social security, and social assistance policies in the face of attacks by neoliberal governments. The construction of this article was based on exploratory bibliographic research. As a result, it was found that despite the rights guaranteed by the social security system to the Brazilian citizen, its constant threat has been observed since the entry of the counter-reformist character articulated with neoliberal policies in Brazilian society.

**Keywords:** Social Security; Counter-reformation; Neoliberalism.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará. Graduanda no curso de Serviço Social. E-mail: [brhayna@gmail.com](mailto:brhayna@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará. Graduanda no curso de Serviço Social. E-mail: [daniellycamilly8@gmail.com](mailto:daniellycamilly8@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará. Graduanda no curso de Serviço Social. E-mail: [luannasilva7144@gmail.com](mailto:luannasilva7144@gmail.com)

<sup>4</sup> Universidade Federal do Pará. Graduanda no curso de Serviço Social. E-mail: [aliceramos1219@gmail.com](mailto:aliceramos1219@gmail.com)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social se constituiu como um conjunto de ações determinadas a garantir direitos referentes à saúde, à previdência e à assistência social, visando atender toda a sociedade brasileira, não se limitando a uma pequena parcela da população.

Conforme isso, o presente artigo trata sobre a Seguridade Social no Brasil enquanto processo histórico, desde a sua construção até as modificações atuais, evidenciando a diluição dos regulamentos constitucionais do sistema de proteção social do país a partir do avanço do neoliberalismo. Assim, expõe e reflete a atuação das políticas neoliberais nas transformações do sistema de Seguridade Social, identificada na conexão entre as políticas sociais e a estrutura capitalista.

Posto isto, apresenta-se o início das iniciativas voltadas à saúde, evidenciando os caminhos que esta percorreu até a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como discorre sobre os ataques neoliberais diante da manutenção desse sistema. Além disso, realiza-se uma breve retomada da história da Previdência Social no Brasil, desde o decreto Legislativo nº 4.682/1923, conhecido por Lei Eloy Chaves até a presente data, dando destaque para os desafios enfrentados no que tange a concretização dos direitos à previdência social, bem como ao desmonte da política previdenciária.

Por fim, comenta-se acerca das políticas públicas de assistência social inseridas na dinâmica capitalista do Estado, desde a resignificação da assistência social no Brasil a partir da Promulgação Federal de 1988, na qual reconheceu a política pública como direito. Todavia, ressalta que desde 1990, a dinâmica neoliberal apresenta medidas para a flexibilização e privatização das políticas sociais.

Como esse intuito, este artigo objetiva refletir sobre os ataques e retrocessos causados por governos neoliberalistas ao sistema de seguridade social, apresentando os desafios postos à garantia das políticas de saúde, previdência e

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



assistência social, ancorando-se na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético. Para a construção desse artigo utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, mediante referências teóricas de livros, artigos, teses, dissertações, etc.

## 2 BREVES REFLEXÕES SOBRE O CAMINHO DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

A Seguridade Social é descrita a partir de sua ordenação na Constituição Federal (CF) de 1988, uma vez que, a partir dela, se alcança a formulação de um sistema de proteção social universalizante de cidadania no Brasil, em que o Estado exercerá a responsabilidade da provisão das políticas sociais. Antes da CF de 1988, os direitos sociais se ordenavam pelo instrumento do seguro social, visto que essa lógica garantia o acesso dos/das trabalhadores/das e de seus familiares aos serviços de proteção social a quem pagasse por eles. Isso demandava a venda da força de trabalho ao mercado ou a contribuição mensal como autônomo pois, como destacado por Boschetti (2009), destituídos destas condições, não teriam alcance aos benefícios.

O modelo de seguro social se constituiu, sobretudo, nas políticas de acesso da Previdência Social e da Saúde, vigorando desde 1923 até a CF de 1988. Os grupos sociais não participantes das relações formais do mercado de trabalho permaneceram, durante décadas, até a promulgação da CF de 1988, excluídos da proteção social brasileira, na lógica do seguro social.

Tendo em vista os precedentes, a fundamentação da Seguridade Social é ainda mais desenvolvida que a do seguro social, à medida que, ao longo dos anos de 1980, a seguridade social incorpora tanto o modelo alemão, criado por Bismark na segunda metade do século XIX – ideias bismarkianas de proteção social fundada no conceito de seguro social – quanto à vertente Beveridgiana, instituída em meados do século XX por William Beveridge, concepção que visava a proteção social como forma

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



de acesso universal à cidadania, independente das amortizações retiradas do salário dos trabalhadores/as.

De acordo com Boschetti (2009), a Seguridade Social, regulamentada na Constituição brasileira de 1988, incorporou preceitos desses dois modelos, ao restringir a previdência aos trabalhadores contribuintes, universalizar a saúde e limitar a assistência social a quem dela necessitar. Acerca disso, a Constituição de 1988 descreve seguridade social no artigo 194, como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência e a assistência social” (BRASIL, 1988, p. 155).

Posto isto, as políticas sociais, na década de 1990, alteram-se de direção, ultrapassando a matriz primária de proteção social, com “novas concepções de direito e justiça social; novos parâmetros e critérios para a alocação de recursos sociais públicos e o reforço do poder regulatório do Estado no âmbito da proteção social” (DRAIBE, 2002, p.4).

Sendo assim, se observou, desse período em diante, um amplo registro de “reformas” alicerçadas no ideário neoliberal, que acabaram atingindo, sem desvios, as políticas públicas no Brasil, tendo como exemplo, os sucessivos desmontes da política de Seguridade Social. Segundo Mota (2006), a Seguridade Social, erigida no campo de lutas da classe trabalhadora, é sempre e continuamente objeto de investidas do capital no sentido de adequá-la aos seus interesses.

A Carta Magna de 1988 designou condições materiais objetivas para a concretização e preservação dos novos direitos de cidadania inscritos nos princípios de seguridade e, na prática da universalização, representada por uma significativa transição e ampliação do sistema de proteção social do país. Entretanto, os regulamentos constitucionais foram sendo, gradativamente, diluídos em contrarreformas – restrições de direitos –, desestruturando as políticas da seguridade social: a saúde, a previdência e a assistência social. Como resultado, tal cenário sinaliza que a seguridade social é um espaço de fortes disputas de recursos e de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

poder, configurando-se, assim, em uma arena de conflitos, como salienta Boschetti (2009).

### 3 POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE: caminhos e desafios

No Brasil, as primeiras formas de intervenção em saúde centravam-se na ação preventiva e coletiva, e limitavam-se a determinados grupos sociais, principalmente empregados de grandes empresas. Inicialmente, o interesse pela saúde estava vinculado a interesses políticos e econômicos, o que deixou uma grande parte da população sem amparo, visto que não possuíam recursos próprios para pagar pelos serviços de saúde (BATISTA, 2007).

O movimento sanitário, que estabelecia sua base de apoio em instituições acadêmicas, com forte respaldo teórico na década de 1970, foi o primeiro movimento que tensionou a criação de um sistema de saúde que oferecesse acesso a toda população brasileira. Diante disso, teve significativa importância na luta pela formação da política pública de saúde que existe no cenário atual, pois buscava reverter a lógica de cooperação à saúde no Brasil, incentivando a criação de um único sistema que oferecesse acesso a toda a sociedade, independente da contribuição previdenciária.

Entretanto, até a década de 1970, ainda não havia se constituído, no Brasil, uma política de saúde no sentido mais abrangente. Somente em 1986, durante a VIII Conferência Nacional de Saúde (VIII CNS), constatou-se a real discussão em torno da criação de um Política de Saúde Setorial, após séculos de desamparo, falava-se em definir um modelo protetivo de política que garantisse o direito à saúde integral.

Com bases nas propostas feitas pelo relatório do VIII CNS, que objetivavam a criação de um sistema de saúde igualitário e universal a toda sociedade, em 1988, pela Constituição Federal (CF), foi aprovado o Sistema Único de Saúde (SUS), que até os dias atuais considera-se um marco na história brasileira, uma vez que se criou um sistema de saúde que fosse aberto a todos que necessitem ter acesso a cuidados de saúde, todavia, ainda existem vários conflitos acerca de seu funcionamento.

PROMOÇÃO



APOIO

### 3.1 O Sistema Único de Saúde e a universalização do acesso

O SUS foi um marco no fortalecimento de uma política pública protetiva e se enquadra no contexto mais amplo da política de Seguridade Social, que inclui não apenas o regime de saúde, mas também a previdência e a assistência social. Com a criação desse sistema, rompeu-se o vínculo com o padrão político opressor e seletivo, e nasceu um modelo de política voltado para a democracia. (BAPTISTA, 2007).

Desde a legitimação do SUS pela CF/88, foi definido como um dos seus princípios a universalização do acesso às ações e aos serviços de saúde, independente de contribuição previdenciária, classe social, raça, gênero ou outras formas de discriminações.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988, p.118-119)

Assim, conforme se evidencia no art. 196 da Constituição Federal, afirma-se a saúde como um direito de todos e compromisso/dever do Estado na efetivação dessa política pública, que por meio de políticas sociais e econômicas deve garantir seu funcionamento e financiamento, cujo objetivo é oferecer cuidados de saúde de forma igualitária e universal. No entanto, a funcionalidade do SUS ainda é um grande desafio, pois, embora funcione normalmente em todo o país, seus objetivos maiores de formar um sistema universal, justo e unificado continuam distantes de serem realidade. (MATTA, 2007).

### 3.2 Ataques neoliberais à saúde pública

Oliveira (2021) destaca, com base em Marx (1987) que, no capitalismo, não há interesse pela saúde do/a trabalhador/a e, em tempos de capitalismo neoliberal, a vida do ser humano é desconsiderada já que todas as ações se articulam para o processo de acumulação de capital.

Com a entrada do caráter reformistas, que se sucederam com bases em diferentes governos a partir de Fernando Collor, em 1990, houve a redução do papel do Estado e seu redirecionamento para a superação de crises econômicas, tais

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



processos simbolizam uma contrarreforma. Vele ressaltar que apesar desse processo ter começado com Collor, todos os outros governos que já assumiram a direção do país, adotaram diretrizes que legitimam o processo de contrarreforma no Brasil, pois, mesmo os governos considerados progressistas e de esquerda, não conseguiram deter o curso desses desmontes. Logo, no que diz respeito a saúde, esses "projetos de reformas" que ocorrem no decorrer da história do país, representam um retrocesso de direitos já conquistados e um desafio enorme na realização do SUS. (OLIVEIRA, 2021).

O Projeto de saúde articulado ao mercado ou à reatualização do modelo médico assistencial privatista, está pautado na política de ajuste, que tem como principais tendências a contenção dos gastos com racionalização da oferta. A tarefa do Estado nesse projeto consiste em garantir o mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento dos que têm acesso ao mercado. (CFESS, 2010, p. 22).

Logo, os projetos de contrarreformas em articulação ao neoliberalismo, visam a diminuição do dever do Estado e a distorção da sua participação como patrocinador da política de saúde, transferindo, assim, para a sociedade civil a responsabilidade de prover o bem-estar social da população. Diante disso, contribui para a precarização e limitação de acesso aos serviços de saúde.

Assim sendo, o sistema único de saúde e as propostas que o envolve são, teoricamente, perfeitas, mas sua prática está longe de suas propostas objetivas, uma vez que diversos ataques neoliberais tentam a todo custo impedir seu desenvolvimento na sociedade. Dessa forma, evidencia-se que as iniciativas neoliberais são extremamente prejudiciais no que se refere à saúde, pois, visam a diminuição do papel do Estado na efetivação da política de saúde pública.

#### 4 PREVIDÊNCIA SOCIAL: a destruição do seguro social público brasileiro

A previdência social brasileira foi uma conquista dos trabalhadores, em meio a um contexto de redemocratização do país. Sua história inicia-se em 1923, quando foi publicado o decreto Legislativo nº 4.682/1923, conhecido popularmente como lei Eloy Chaves, que obrigava as companhias ferroviárias a criarem as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para seus funcionários. Diferentemente da lei Eloy

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Chaves, a previdência social de 1988 é pensada não apenas para uma categoria exclusiva de trabalhadores, mas para todos os trabalhadores inseridos nas relações contratuais e formais de trabalho, desde então ela vem sofrendo consecutivamente alterações que prejudicam os seus beneficiários, visto que as modificações não objetivam acrescentar direitos, mas extinguir os existentes. (CARTAXO; CABRAL, 2022).

As contrarreformas do seguro social público brasileiro, iniciaram-se na segunda metade da década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que governou o Brasil por dois mandatos consecutivo de (1995 - 2002), este governo possuía um cunho neoliberal, que buscava a diminuição do sistema previdenciário público em favorecimento da ampliação da previdência privada. Ademais restringiu os direitos trabalhistas em detrimento da reestruturação produtiva no país. (SILVA, 2018).

O desmonte da previdência pública brasileira, é reflexo das medidas de caráter neoliberais, perpetradas para apropriação dos recursos do fundo público. Para isso, o capitalismo financeiro se utiliza do discurso de déficit nas contas da previdência, consequentemente a não sustentabilidade do sistema previdenciário, o que justificaria as recorrentes reformas. Essas medidas, ditas como necessárias para a manutenção da previdência social, tem corroído de forma implacável os direitos adquiridos, além de impor novos condicionamentos para o requerimento de benefícios. (GENTIL, 2007).

O governo de Lula (2003 - 2010) foi marcado por muitas contradições referentes aos direitos previdenciários, visto que, o partido dos trabalhadores (PT), o qual Lula é um dos líderes mais importantes, sempre se posicionou contra as propostas de reforma da previdência. No primeiro mandato de Lula, como presidente da república, foi encaminhado uma proposta do governo que modificava os critérios de aposentadoria para os funcionários públicos, assim foi incorporado o critério de idade. Essas propostas, eram semelhantes com as propostas que o PT havia

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

rechaçado, na reforma previdenciária realizada no governo de FHC. (MARQUES; XIMENES; UGINO, 2018).

Dilma Rousseff, foi presidenta do Brasil (2011 - 2016). No fim do seu primeiro mandato, foi introduzido a fórmula 85/95 no cálculo da previdência, esta fórmula consiste, na soma da idade com o tempo de contribuição, em que as mulheres precisavam somar 85 pontos e os homens 95 para se aposentarem. A implantação da fórmula foi vantajosa para os trabalhadores, pois quanto mais cedo começassem a contribuir com a previdência, mais cedo poderiam se aposentar. (MARQUES; XIMENES; UGINO, 2018).

A ascensão de Michel Temer (2016 - 2018) ao cargo de presidente interino da república, é consolidada após um golpe político, tendo como apoiadores os ultraliberais e os ultraconservadores. O governo Temer elaborou uma proposta de reforma da previdência, alegando a necessidade do ajuste fiscal, porém a baixa popularidade do governo, fez com que a proposta fosse descontinuada e não chegasse nem a ser votada no congresso nacional. Adverso do engavetamento ocorrido com a proposta de reforma da previdência, o governo Temer teve êxito na reforma trabalhista, quando sancionou a nova lei de terceirização, a Lei 13.429/17 que estabelece regras para a terceirização do trabalho (BRASIL, 2017).

Inicialmente, a criação de regras específicas para o trabalho terceirizado pode aparentar ser lucrativo para os trabalhadores, mas ao inverso das aparências, está nova lei trouxe prejuízos para a classe trabalhadora, visto que as empresas foram autorizadas a terceirizar todo seu quadro de funcionários, inclusive os que exercem as funções fins, isso significa que o vínculo empregatício do trabalhador será estabelecido com uma empresa secundária, tornando assim os trabalhadores apenas prestadores de serviço. As consequências são uma menor remuneração, instabilidade e perdas de benefícios.

Em 2018 foi eleito como presidente da república Jair Messias Bolsonaro, de ultradireita e com princípios conservadores. A eleição de Bolsonaro, para o mais alto cargo do executivo público brasileiro, foi uma vitória para o setor privado, já que o seu

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



governo objetivava aumentar os lucros dos capitalistas. A destruição dos direitos sociais é intensificada, e em novembro de 2019 é sancionada a Emenda Constitucional (EC) nº103, de 2019, que altera as regras da previdência social (BRASIL, 2019).

As mudanças realizadas afetaram diretamente o acesso do contribuinte aos benefícios do seguro social público. As principais mudanças foram a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição, além do aumento da idade mínima e do tempo de contribuição. O efeito mais devastador decorrente dessas alterações é o pauperismo da classe trabalhadora, que vislumbra um futuro com pouca ou nem uma proteção social.

## 5 O NEOLIBERALISMO E A PRECARIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para dar início a análise acerca da precarização da assistência social no Brasil, faz-se necessário entender o contexto capitalista no qual o Estado está inserido. Logo, para Santos (2021), o Estado se apresenta como um poder soberano, com a função de neutralizar os conflitos entre capital e trabalho.

Nesse íterim, as políticas sociais podem ser compreendidas como resultante das relações conflitantes entre Estado e sociedade civil, na esfera de produção e reprodução do capitalismo. Com isso,

o Estado desempenha funções econômicas e sociais que visam, primordialmente, manter o controle dessa classe e a supremacia da classe dominante. A política social é, nesse processo, um importante instrumento de mediação dessa relação. (SANTOS, 2021, p.100).

À vista disso, as políticas sociais assumem o papel de mediar essa relação, sempre para priorizar os interesses da classe dominante.

A origem da assistência social, no Brasil, se deu em um contexto de emergentes mobilizações sociais no âmbito social e político nos anos 1980. Logo, passou a ter atenção do Estado, no qual reconheceu a política pública como direito, através da Promulgação Federal de 1988. Todavia, em 1990, o Brasil é enviesado pelo neoliberalismo, o qual impôs medidas, como flexibilização e privatização, em que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



afetaram profundamente as políticas sociais, entre elas a política de assistência social.

A precarização consequente do modelo neoliberal, produz significativas adversidades no acesso da população aos seus direitos sociais garantidos constitucionalmente, além disso, afeta a base da estrutura dos serviços públicos, com vista em favorecer a expansão do capital. Logo, contata-se entraves na efetivação das políticas do tripé da Seguridade Social.

As corporações imperialistas, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao fundo público, com a “desregulamentação” sendo apresentada como “modernização” que valoriza a “sociedade civil”, liberando-a da tutela do “Estado protetor” – e há lugar, nessa construção ideológica, para defesa da “liberdade”, da “cidadania” e “da democracia” (NETTO, 2012, p. 422).

Nesse sentido, conforme, observado pelo autor supracitado, entende-se que o neoliberalismo propaga discursos mascarados no que tange as políticas de assistência social no Brasil, já que difunde realidades irreais, nas quais retiram a responsabilidade do Estado de assegurar assistência social aos cidadãos, como está garantido na Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Nessa conjuntura, percebem-se as tentativas de desmonte das políticas públicas, acentuando desigualdades sociais.

Consideração a desigualdade social consolidada no país, resultado da concentração de renda, tem-se que os principais afetados são aqueles com maior grau de pobreza, nos quais necessitam e são os principais usuários das políticas públicas. A promulgação da Emenda Constitucional 95/16, que instituiu a contenção de gastos públicos por 20 anos, vai à contramão dos princípios de uma sociedade justa e igualitária.

Nesse âmbito, identifica-se o desmonte na garantia e financiamento da política de assistência, em favor dos interesses do capital para o pagamento da dívida pública. Nesse sentido, observa-se a destruição do marco civilizatório brasileiro, que aponta a seguridade social como o mecanismo de proteção social mais importante do país (FAGNANI, 2018).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nesse sentido, é fundamental enfatizar a importância da garantia das políticas de assistência para a população. O cenário histórico de frequentes tentativas de desmontes, configura um retrocesso imensurável para o país. Como consequências do processo das reformas fiscais, e da carência no financiamento das políticas da seguridade social, a assistência social no Brasil se sustenta com recursos mínimos. Os autores Santos, Silva, Bezerra e Conserva (2017, p.02) retratam que,

nos anos 1990, o Brasil sofre a ofensiva Neoliberal que trouxe um conjunto de medidas que afetou profundamente as Políticas Sociais com a privatização, flexibilização, focalização, parceria com as Organizações Não Governamentais (ONGs) e um Estado mínimo na área social.

Com isso, observa-se como consequência a inviabilidade da efetivação das políticas de assistência social de qualidade, nas quais dificultam a garantia no amparo aos usuários em situação de vulnerabilidade.

## 6 CONCLUSÃO

Conforme o artigo 194 da Constituição Federal, o sistema de Seguridade Social visa garantir direitos referentes à saúde, à previdência e à assistência social. Em vista disso, este trabalho buscou analisar o progresso e os entraves enfrentados para que esses direitos se efetivassem na sociedade brasileira. Assim, vale ressaltar o papel fundamental que a Constituição Federal teve ao estabelecer os direitos à cidadania, ao lutar pela universalização e ampliação da proteção social.

Todavia, é notório que, ao longo do tempo, as leis constitucionais são, gradativamente, atacadas pelos governos contrarreformistas, o que levou à limitação de direitos e ao desmonte das políticas da seguridade social, ocasionado um espaço de constantes disputas por poder, afetando, assim, a garantia e universalização dos direitos assegurados na Carta Federal.

Dessa maneira, o desmonte da previdência social, descrita nas medidas de caráter neoliberal, contribui para a precarização na busca de acesso aos benefícios. Com efeito, as novas exigências para alcançar essa política de proteção social resultam em obstáculos para os contribuintes. Assim como, se observa que na saúde, a criação do SUS foi um passo importante para que o acesso a serviços de saúde de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

qualidade fosse acessível a todos. Contudo, os serviços de saúde pública têm encarado inúmeros desafios para sua concretização, uma vez que os ataques neoliberais objetivam a diminuição do dever do Estado com as políticas públicas. Além disso, verifica-se que a anulação dos fundos alocados pelo Estado à política de assistência social, a qual tem enfraquecido e afetado seus usuários no acesso a essa política.

É de suma importância, portanto, evidenciar o papel das/os assistentes sociais na luta pela efetivação dos direitos dos indivíduos, haja vista que além de atuarem como um intermediário das políticas públicas, devem agir como representantes dos interesses da maioria da população. Conforme, previsto no Código de Ética da/o assistente social em que se destacam a ampliação e a consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.

## REFERÊNCIAS

JACOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009;

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009;

DRAIBE, Sônia Miriam. **Brasil 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis**. Santiago: [s.n.], 2002. Disponível em: <[www.nepp.unicamp.br/Cadernos/Caderno65.pdf](http://www.nepp.unicamp.br/Cadernos/Caderno65.pdf)>. Acesso em: 25 abril 2023.

MOTA, Ana Elizabeth. Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. In. **Serviço Social e Saúde: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 2018.

CARTAXO, Ana M. Baima; CABRAL, Maria do S. Reis (orgs.). **seguridade social, previdência e serviço social: desafios do tempo presente**. São Paulo: cortez, 2022.

GENTIL, Denise Lobato. **A falsa crise do sistema de seguridade de seguridade no Brasil: Uma análise financeira do período 1990 – 2005**. In: CONGRESSO TRABALHISTA BRASILEIRO, 2007, Brasília.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barros; UGINO, Camila Kimie. Governo Lula e Dilma em matéria de seguridade social à educação superior. **Revista de economia política**, nº 3 (152), julho-setembro/2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidente da República, [2022]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 25 abr. 2023.

SILVA, Maria L. Lopes da. Contrarreforma da previdência social sob o comando do capital financeiro. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 131, p.130- 154, jan./abr. 2018.

BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. **História das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde**. In: MATTA, G. C; MOURA, A. L (Org.). Políticas de saúde: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. P. 29-60.

MATTA, Gustavo Moura. **Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde**. In: MATTA, G. C; MOURA, A. L (Org.). Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. P. 61-80.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na política de saúde**. Brasília (DF), 2010. (Série: Trabalho e projeto profissional Nas políticas sociais).

SANTOS, Ronaldo Teodoro dos. O neoliberalismo como linguagem política da pandemia: a Saúde Coletiva e a resposta aos impactos sociais. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, V. 30. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/physis/v30n2/0103-7331-physis-30-02-e300211.pdf>>. Acesso 05 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Jussara Fernandes de. **Avanço Neoliberal e os desafios à Política de Saúde no Brasil**. In: Anais. X Jornada Internacional Políticas Públicas – JOINPP, São Luís/MA, 2021.

BRASIL. **LEI Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm) Acesso em: 10 de maio de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



FAGNANI, Eduardo. **Austeridade e seguridade: a destruição do marco civilizatório.** In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. (org.). Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 57-82.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Crise do capital e consequências societárias.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 111, p. 413-429, julho/setembro 2012.

SANTOS, Ana Cristina de Lima; SANTOS, Vaneide Alves dos; SILVA, Roberta Teodorico Ferreira da; BEZERRA, Kassandra Queiroga e CONSERVA, Marinalva de Sousa. **Os Impactos das Reformas no “Governo Temer” para as Políticas Sociais.** In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180129> Acesso em: 09 de maio de 2023.

SANTOS, Liliam dos Reis Souza. Estado e classes sociais: uma imbricada e contraditória relação. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 24, n.1, p. 99-108, jan./abri. 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

